



Londrina PR, de 20 a 23 de Maio de 2024.

**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS
CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Ética e Direitos Humanos

**Gênero, dependência química e políticas públicas: Discussões
necessárias**

Juliana Siqueira da Silva¹
Luciane Pinho de Almeida²

Resumo: O presente artigo analisa possíveis desafios enfrentados por mulheres dependentes químicas. Problematizar as situações de vulnerabilidade social que as afetam é emergente, pois essas são frequentemente discriminadas pelo racismo estrutural e institucional, bem como pelo machismo. A vista disso, abordou-se o papel das políticas públicas no enfrentamento de tais problemáticas, pautado na necessidade de um trabalho articulado entre diferentes políticas para uma intervenção efetiva e eficaz. Ao mais, buscou-se elucidar as formas complexas de opressão e subjugação, além de fomentar a discussão sobre estratégias emancipatórias para promover a equidade das mulheres dependentes químicas na sociedade contemporânea.

Palavras-chaves: Gênero; dependência química; interseccionalidade.

Abstract: This article analyzes possible challenges faced by chemically dependent women. Problematizing the situations of social vulnerability that affect them is urgent, as they are often discriminated against by structural and institutional racism, as well as sexism. In view of this, the role of public policies in tackling such problems was addressed, based on the need for coordinated actions among different policies to an effective and efficient intervention. Furthermore, we sought to elucidate the complex ways of oppression and subjugation, in addition to encouraging discussion about emancipatory strategies to promote equity for chemically dependent women in contemporary society.

Keywords: Gender; chemical dependency; intersectionality.

1 Assistente social efetiva da Prefeitura de Três Lagoas/MS, cedida ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Especialista em Dependência Química, Pós-graduanda em Gestão do Sistema Único de Assistência Social -SUAS/UEMS sik.juliana@gmail.com.

2 Assistente Social. Professora Titular no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Graduada em Serviço Social (UCDB), com Mestrado e Doutorado em Serviço Social pela UNESP – Campus Franca. Pós-Doutorado em Direitos Humanos pela Universidade de Salamanca – Espanha. Coordenadora do Laboratório de Estudos Psicossociais em saúde frente à contextos da desigualdade social (LEPDS) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Políticas Sociais (GPEMPS), ambos cadastrados no CNPQ. lpinhoa@hotmail.com



INTRODUÇÃO

Esta reflexão apresenta os resultados de um estudo bibliográfico e reflexivo³, que partiu de observações, enquanto profissional - assistente social no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul na Comarca de Três Lagoas/MS na condição de pós-graduanda Lato Sensu. Discute a questão social da dependência química e a garantia de direitos de mulheres que buscam o Sistema de Justiça, a maioria através da judicialização, nas quais, não raras vezes, estão atreladas à falta de acesso e desproteção social.

O consumo de substâncias entorpecentes marca a história da humanidade, Xaviel et al (2018) apontam que tal prática está presente na trajetória humana, desde os povos primitivos, com particularidades de uso atreladas em variações de estilos, maneiras e fins, considerando-as ancestrais, universais e estruturais. Os modos de uso são singulares, sobretudo visivelmente sinalizados como imorais quando nos referimos aos entorpecentes ilícitos, ainda que, o álcool seja o maior causador de danos pessoais e sociais.

Ao promover discussão sobre casos que transcendem o uso em si, como os de dependência química, o debate ainda é mais intenso, posto que, em seu decurso histórico, a temática é marcada por processos de estigma e exclusão em todos os espaços sociais: Públicos, privados e comunitários.

Bard et al (2016) traz contribuições necessárias sobre a relação da população usuária e a sociedade, provocando-nos a refletir sobre os processos de exclusão, marginalização, segregação, culminando em processos de exclusão e violação de direitos “Assim, preconceituosamente, deixa-se de considerar o indivíduo usuário de drogas uma criatura comum e total, reduzindo-a a uma pessoa estragada e diminuída, ou seja, estigmatizando-a especialmente quando o efeito de descrédito sobre ela é muito grande”. (Bard *et al*, 2016)

Embora ancorada ao conservadorismo histórico da sociedade capitalista, a dependência química é uma condição de saúde mental, uma doença crônica que apresenta sintomas atrelados ao difícil controle e busca compulsiva pelo uso de entorpecentes ilícitos ou não, associados a danos pessoais e sociais (NATIONAL DRUG INTELLIGENCE CENTER – NIDA, 2018).

A estigmatização enfrentada pelas pessoas em situação de dependência química também é um paradigma importante a ser explorado, conforme delineado por Goffman (2004).

³ Esse estudo apresenta os resultados de um trabalho de pesquisa realizado no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com ênfase em vigilância socioassistencial e supervisão da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS conjuntamente com a Escola do Sistema Único de Assistência Social SUAS/MS “Mariluce Bittar”.



Esse estigma não apenas afeta a condição física, mas também impõe uma marca social que pode anular a pessoa enquanto sujeito. Essa estigmatização permeia não apenas a população em geral, mas também afeta estudantes e profissionais de saúde, assim como aqueles que são vinculados à rede de proteção social.

Um agravante notável é a propensão da sociedade em atribuir responsabilidade direta às pessoas afetadas por tais condições, como destacado por Rüsçh, Angermeyer, Corrigan (2005). No contexto específico do abuso de substâncias, a percepção da responsabilidade pelo surgimento do problema e pela sua resolução é comumente considerada como uma questão estritamente individual, carregada de nuances morais, conforme ressaltado por Palm (2006).

Nesse sentido, esse estudo aborda como problema de pesquisa desafios relacionados ao contexto da realidade social da dependência química feminina e seu acesso e atendimento nas políticas públicas, objetivando estudar e compreender essa questão sob a perspectiva de gênero e interseccionalidade.

Para isso, foi realizada uma revisão narrativa, que envolveu uma análise crítica de levantamento teórico por meio de uma pesquisa bibliográfica planejada. A metodologia empregada, seguindo Lima e Miotto (2007), considera que a revisão narrativa não requer o esgotamento das fontes de informação, permitindo que a coleta de dados e análise estejam relacionadas à subjetividade do (a) autor (a).

Na revisão proposta, utilizamos os descritores "gênero", "dependência química" e "interseccionalidade" uma vez que julgamos fundamental compreender as questões de gênero e interseccionalidade para desnudar os desafios e cotidiano dessas mulheres, conjuntura que vai além do uso de substâncias entorpecentes, envolvendo questões de saúde mental e direitos individuais e coletivos. Nesse sentido, a interseccionalidade, conforme concebida por Kimberlé Crenshaw (1994), oferece um arcabouço teórico valioso para entender as complexidades dessa questão.

Este artigo divide-se em duas partes que se correlacionam entre si, sendo que a primeira discute as interfaces de gênero e dependência química e a segunda as políticas públicas voltadas com olhar para as mulheres dependentes químicas.

1. INTERFACES ENTRE GÊNERO E DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Alves (2017) aponta que a construção social do estereótipo do "noia", que caracteriza um(a) usuário(a) compulsivo com "comportamento agressivo", não é apenas resultado dos



efeitos da droga no organismo, mas também da internalização de crenças originadas na sociedade em relação a essa parte da população. Frente a essa conjuntura, as pessoas dependentes químicas internalizam as narrativas que circundam suas experiências, adotando essas concepções como parte integrante de sua identidade.

Essa assimilação atua como um eco no próprio ambiente de consumo de drogas, no qual as fronteiras entre uso abusivo e controlado são inevitavelmente moldadas pela estrutura de vida dos(as) usuários(as). Paralelamente, o contexto proibicionista exerce uma influência direta na relação entre o(a) usuário(a) e a substância, e alimenta, potencialmente, sentimentos de “paranoia”, além de provocar posturas antissociais. Esses fatores, por sua vez, complicam o processo de autorregulação em busca de um consumo não problemático da substância.

No cenário brasileiro, é evidente a escassez de serviços que atendam e ofereçam recursos para o cuidado com a pessoa dependente química, conceituando suas demandas e características, desvelando a emergencialidade do debate de tal aspecto, além de considerar o processo de garantia de direitos desses sujeitos, sobretudo a promoção do cuidado (SARMIENTO et al., 2018).

A Organização Mundial da Saúde e Organização Pan-Americana de Saúde – OMS e OPAS (2021) apontam que parte considerável da população com questões de saúde mental se deparam diariamente com violações de direitos humanos, revelando uma realidade social permeada por determinantes sociais como violência, discriminação, pobreza, exclusão, isolamento, desemprego, falta de acesso à moradia, segurança e serviços de saúde. Esse contexto agrava de forma direta o quadro de saúde mental dessas pessoas apontando a emergencialidade do trabalho em rede norteado por práticas especializadas e alicerçadas na qualidade de prestação de serviços para essas pessoas, ancoradas na inclusão social, dignidade, autonomia, empoderamento e reabilitação, imprescindível para a garantia de direitos (OMS; OPAS, 2021).

Desse modo, é compreensível a complexidade do tema da dependência química como uma questão de saúde pública e coletiva, que afeta a sociedade contemporânea em todas as suas dimensões e classes sociais, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, apresenta-se como uma questão singular, com especificidades que estão inscritas nas pessoas dependentes químicas, como histórias de vida, vivências, contextos específicos que dizem respeito à pessoa humana. Sob esse viés é que se demonstra a necessidade de um olhar particular para a questão do gênero, na questão da dependência química, de forma que para qualquer intervenção nessa realidade é imprescindível o processo reflexivo, contextual, multifacetado e complexo de cada história pessoal na totalidade da realidade social contemporânea.



As pessoas com dependência química trazem consigo especificidades que precisam ser consideradas na promoção do cuidado. Nesse sentido, compreender as histórias de vida e as singularidades que permeiam a questão de gênero em contextos de dependência química é fundamental para qualquer trabalho de intervenção a essa questão.

A condição de ser mulher, por si só, apresenta vulnerabilidades em decorrência das práticas de machismo em nossa sociedade. Mulheres dependentes químicas se tornam invisíveis para intervenções necessárias e garantia de seus direitos consolidados na Constituição Federal do Brasil, alvos de estigma nos diversos espaços sociais.

Nesse sentido, concorda-se com o Programa da Mulher Dependente Química (PROMUD) do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas de São Paulo, o qual aponta que homens e mulheres não podem ser vistos sob um mesmo olhar, durante o tratamento, tendo em vista que a população feminina apresenta particularidades e diferentes demandas (INSTITUTO DE PSIQUIATRIA, s.d.).

A sociedade patriarcal é um dos recursos utilizados para manter a mulher marginalizada e oprimida, e dessa forma, totalmente disponível para o que der e vier. É um sistema hierárquico que se assenta na família, no seio da qual toda mulher já vem ao mundo com seu lugar subalterno definido na sociedade. É no seio da família que se reproduz a ideologia da sociedade patriarcal, onde toda criança nasce aprendendo a respeitar “a autoridade paterna” e a ver na mulher um ser inferior e destinado a servir aos demais. (TOLEDO, 2001, p.12-13).

Ao versar sobre as questões de gênero, é fundamental compreender que elas estão alicerçadas nas relações de poder associadas ao contexto de sexo/gênero, em papéis construídos estrategicamente, de forma histórica, pelo homem branco, heterossexual burguês, culminando na sociedade patriarcal. Saffioti (2011), socióloga brasileira, traz em sua literatura apontamentos históricos e políticos sobre o conceito de patriarcado: “Como o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens”, promovendo relações hierárquicas (SAFFIOTI, 2011, p. 44).

Ao desnudar esse cenário, o primeiro apontamento é referente ao estigma da “mãe desnaturada”, de mulher “promíscua”, “sem vergonha”, “preguiçosa”, o que reforça o estereótipo de que o cuidado da família é de responsabilidade feminina. Alguns agentes públicos responsáveis pelo atendimento e acesso dessas mulheres às políticas públicas apontam depreciações e pré-conceitos maliciosos pelo fato de serem mulheres e dependentes químicas.

Outras prevalências que podem ser mencionadas, em relação ao contexto de vida dessas mulheres são: históricos de violência doméstica, violência sexual na infância e/ou adolescência, transtornos alimentares, rejeição, abandono familiares ou estatal, transtorno de



estresse pós-traumático (TEPT), comorbidades psiquiátricas (depressão e ansiedade), conjunturas diferentes quando relacionadas à população masculina dependência química.

Dentro dos serviços, uma vez que constituem espaços de garantia de direitos, em incontáveis ocasiões ouvem-se discursos, relacionados ao cuidado, que denotam “negligência”, reforçando e legitimando papéis sociais condicionados às mulheres na sociedade patriarcal, sem compreender ou considerar a realidade social dessas pessoas, estigma, exclusão social, racismo estrutural, entre outros aspectos, tal como considerado por Fávero (1999; 2018), que assolam a vida de mulheres, em sua maioria desassistidas desde a infância, replicando processos de desproteção. Ao provocar tal discussão acentua-se a emergencialidade de traçar caminhos possíveis para debater tais problemáticas, a partir da interseccionalidade dentro dos espaços que se consolidam direitos.

Além desse contexto que, por si só, já é alarmante - e requer atenção e envolvimento do Estado no que se refere ao planejamento e implementação de políticas públicas -, é imprescindível um olhar mais amplo, que caminhe para além da dependência química, revelando a realidade social em que essas mulheres estão sujeitas. Para Hooks (2015), ainda que todas as mulheres sofram com a opressão, elementos como condição sexual, classe e raça potencializam as opressões.

Crenshaw (1994), mulher preta e feminista, conceituou de modo pioneiro a interseccionalidade, para explicar as inúmeras violências às quais as mulheres pretas estavam sujeitas, significando que olhar a partir dessa concepção é observar elementos como gênero, raça, classe, entre outros, são determinantes nos processos de desigualdade e subordinação de grupos sociais. Nesse sentido, analisar as relações sociais a partir dessa concepção permite observar as estruturas que alicerçam e fomentam as desigualdades.

As mulheres dependentes químicas, ao adentrarem as Políticas Públicas, trazem consigo uma condição diferente dos homens, qual seja o peso de ser mulher na sociedade patriarcal, tornando as práticas de estigma e o processo de exclusão ainda maiores. Então, pela ausência da leitura em relação às múltiplas opressões que atravessam, a execução dos serviços é norteadada pelo conservadorismo, culminando na falta de acesso, sobretudo das mulheres-pretas-jovens (FARRANHA; SENA, 2021).

Silva e Lyra (2015) apontam que a população feminina sofre menos incentivo social para o consumo de substâncias psicoativas, contudo, são cobradas de abstinência de forma excessiva, diferindo dos homens. A vigilância excessiva, alicerçada em valores morais, atinge a vida das mulheres, sobretudo das mulheres pretas, potencializando processos de discriminação nas instituições estatais, família, entre outros (GOMES; BRILHANTE, 2021).



O III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira, realizado pela Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz) nos estados do Brasil, traz apontamentos referentes à população dependente química sob dois enfoques de faixa etária: o primeiro de 12 a 65 anos, concernente a sexo, faixa etária, cor ou raça, desconsiderando o nível de escolaridade e classe de renda para pessoas abaixo da faixa etária de 18 anos. No que se refere à população feminina, consta que 35.482 são mulheres brancas, 43.434 são mulheres pretas, pardas e outras, totalizando 78.916 mulheres dependentes químicas. (BASTOS et al., 2015).

O segundo enfoque dessa mesma pesquisa aponta que 70.076 (faixa etária 18 a 65 anos) pessoas foram entrevistadas sobre o nível de escolaridade; 23.060 não têm instrução e/ou têm apenas o fundamental incompleto, outros 14.474 apresentam o nível escolar de fundamental completo e médio incompleto, 24.553 com nível médio completo e superior incompleto, 7.988 com escolaridade superior completo ou mais (BASTOS et al., 2015). Por meio desses dados é possível perceber que a maioria das mulheres dependentes químicas é de pretas, pardas e outras, e de baixa escolaridade. Os dados revelam, portanto, que processos de exclusão ligados a práticas de racismo estrutural potencializam a probabilidade de dependência química. Tal cenário reforça a narrativa de Crenshaw (1994) sobre a interseccionalidade.

Desconstruir estigmas é essencial para o entendimento da complexidade da questão das mulheres dependentes químicas, como também se faz importante essa compreensão para efetuar qualquer reflexão e análise sobre o papel e o acesso, atendimento dessas mulheres no âmbito das políticas públicas, tão necessárias para essas mulheres, já que muitas perderam a dignidade de vida encontrando-se no limiar da destituição do ser humano da forma mais desumanizada possível.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS E DEPENDÊNCIA QUÍMICA: UM OLHAR SOBRE AS MULHERES

Ao analisar o cenário brasileiro, percebe-se a carência de serviços adequados para lidar com a dependência química, bem como a perpetuação de estigmas que comprometem a efetiva garantia de direitos da população atendida. Logo, o estigma, quando associado à dependência química compromete a saúde mental dos sujeitos criando barreiras sociais que dificultam o exercício da cidadania e convívio familiar e comunitário.



Ao longo dos anos, a abordagem da dependência química está imersa no conservadorismo, relegando-a a um mero problema moral, contexto que não se consegue superar através da Reforma Psiquiátrica. Destarte, compreender a dependência como uma condição de saúde mental crônica que exige uma abordagem cuidadosa e integral, é essencial para a efetividade de direitos. Por conseguinte, ignorar essa perspectiva contribui para a perpetuação de estigmas e processos de exclusão.

Diante de tais complexidades, esta reflexão propõe a necessidade de se repensarem práticas relacionadas às políticas públicas voltadas para mulheres dependentes químicas, uma abordagem que deve ser ampla, considerando não apenas o tratamento da condição em si, mas também as questões sociais que a permeiam, como moradia, emprego e vínculos familiares, entre outros. Nesse sentido, vale destacar que a fragmentação das políticas públicas pode contribuir para a perpetuação das desigualdades demandando uma visão integrada e coletiva.

Como já discutido neste artigo, as pessoas acometidas com dependência química trazem consigo diversas expressões da desigualdade social, evidenciando que as complexidades vão muito além do uso de substância, como, por exemplo, a falta de moradia, o rompimento de vínculos familiares e comunitários, baixa escolaridade, desemprego, entre outros fatores. Portanto, observar a totalidade, complexidade e contradição dessa questão envolve também entender que diversos determinantes sociais se entrecruzam e interseccionam-se na consideração do gênero, raça e classe social, potencializando os processos de exclusão.

As Políticas Públicas têm papel fundamental no compromisso com essa questão, tendo em vista que elas se concretizam em ações coletivas voltadas aos direitos sociais da população, promovidas pelo Estado nas três esferas de governo, buscando solucionar distintas problemáticas (SOUZA, 2006). Nessa perspectiva, insta destacar que as políticas públicas se orientam, conforme a Constituição Federal de 1988, pelos princípios de universalidade e equidade no acesso às ações e serviços (SANTOS, 2013).

Bourguignon e Barbosa (2017, p. 1) apontam que:

As Políticas Públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais.



A promoção a garantia de direitos, autonomia, cidadania, segurança, entre outros aspectos, é emergencialmente coletiva, reforçando a importância do trabalho em rede. Ainda que complexo e desafiador, o trabalho em rede é essencial, pois os atores envolvidos na prestação dos serviços são atuantes na busca de atender de forma integrada as necessidades dessa população (BOURGUIGNON; BARBOSA, 2017). Quando se trata de pessoas com dependência química, os desafios e complexidades tornam-se ainda maiores, uma vez que os/as trabalhadores(as) das Políticas de Assistência Social, não raras vezes, julgam que essa política não deve alicerçar os acompanhamentos de pacientes com quadro de saúde mental.

Fatores como esses estão ligados ao conservadorismo, violência institucional, atrelados, também, as práticas ancoradas em estigmas, transformando o terreno das políticas públicas em espaços de exclusões de sujeitos (FARRANHA; SENA, 2021). Cotidianamente, pessoas negras, mulheres, pobres, LGBTQs, minorias étnicas e religiosas, povos indígenas e pessoas oriundas de castas e grupos considerados inferiores nunca desfrutaram dos benefícios da cidadania plena (COLLINS; BILGE, 2020, p. 40).

Adotar-se uma compreensão ampliada de saúde é, portanto, fundamental para que haja a efetividade das políticas e trabalho em rede. Os reflexos das condições de trabalho, moradia, vestuário, alimentação, entre outros, que alicerçam as relações de desigualdade e poder, acesso desigual a recursos e tomada de decisão, bem como a ampliação das iniquidades, acarretam processos de adoecimento (MORAES, 2020). Desse modo, a Política de Saúde Mental, por si só, jamais atenderá de forma ampliada as necessidades da população a ser atendida, pois o cuidado de saúde das pessoas não se refere apenas ao cuidado de seu corpo físico, mas a diversos outros fatores que permeiam as esferas psicológicas e sociais (AZEVEDO; GOMES, 2023).

Reflexões sobre a fragmentação das políticas, intensificação do trabalho, precarização da estrutura de trabalho e da rede socioassistencial, bem como a influência político-partidária dentro dos serviços, principalmente em municípios pequenos, e, ainda, a falta de clareza dos servidores sobre seu papel dentro dos espaços ocupacionais, são necessárias à garantia de direitos e à proteção social, considerando que influenciam de forma direta no atendimento da população, burocratizando o acesso (MORAES, 2020).

Desse modo, é necessário que o trabalho interventivo com mulheres dependentes químicas não seja atrelado apenas a uma política; além disso, há de se construir um trabalho em rede atrelado a práticas especializadas e qualidade na prestação de serviços para com essas pessoas, alicerçados na inclusão social, dignidade, autonomia, empoderamento e reabilitação, imprescindível para a garantia de direitos (OMS; OPAS, 2021). Muito mais é



necessário que as políticas conjuntamente elaborem práticas articuladas de planejamento estratégico voltado para a questão da dependência química, conjugando as diversas políticas a um chamamento dialógico e participativo de intervenção; cada política, dentro do seu papel, deve desempenhar suas atribuições de forma criativa e participativa, demonstrando que a questão da dependência química é de corresponsabilidade entre as políticas públicas.

CONCLUSÕES

Diante das reflexões apresentadas, observa-se que versar sobre a temática da dependência química associada às questões de gênero e interseccionalidade revela uma realidade complexa e multifacetada. A estigmatização presente na sociedade contribui para a segregação das pessoas dependentes químicas, especialmente as mulheres, que enfrentam desafios adicionais devido à estrutura patriarcal que as oprime. Logo, a interseccionalidade entre gênero, raça, classe social e outras dimensões da identidade, potencializam as desigualdades e dificultam o acesso à garantia de direitos.

Nesse contexto, as políticas públicas desempenham um papel crucial na promoção da saúde e na garantia de direitos dessas mulheres, desvelando a importância de uma abordagem que compreenda a interseccionalidade das suas condições de vida. É fundamental que tais políticas sejam orientadas por princípios de universalidade, equidade e participação, buscando superar estigmas, exclusões e desigualdades sociais.

O trabalho em rede, articulado entre diferentes setores e atores sociais, é essencial para enfrentar os desafios da dependência química de forma efetiva e inclusiva, reconhecendo a compromisso das políticas públicas na promoção e garantia da cidadania. A construção de práticas especializadas, voltadas para a qualidade na prestação de serviços e busca da autonomia e do empoderamento das mulheres dependentes químicas é essencial.

A sociedade patriarcal, ao estabelecer papéis de gênero hierárquicos, contribui para a marginalização e opressão das mulheres dependentes químicas, ampliando os desafios enfrentados por elas no acesso a serviços e na garantia de direitos.

Frente a essa problemática, é necessário repensar as práticas e políticas voltadas para as mulheres dependentes químicas, observando suas especificidades de modo interseccional. Somente assim será possível enfrentar os desafios impostos na interface do gênero e dependência química de maneira efetiva, garantindo o respeito aos direitos humanos da população feminina.



REFERÊNCIAS

ALVES, Ygor Diego Delgado. **Jamais fomos zumbis: contexto social e craqueiros na cidade de São Paulo**. EDUFBA, 2017. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/x89sf/pdf/alves-9788523218591.pdf>. Acesso em: 20 dez 2023.

AZEVEDO, Uly Castro; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. A influência dos determinantes sociais na vida de mulheres negras no Centro de Atenção Psicossocial do tipo álcool e outras drogas em Caucaia, Ceará. **Revista Saúde e Sociedade**. v. 32, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023220263pt>. Acesso em: 12 jan 2024.

BASTOS, Francisco Inácio Pinkusfeld; VASCONCELOS, Maurício Teixeira Leite; BONI, Raquel Brandini; REIS, Neilane Bertoni; COUTINHO, Carolina Fausto de Souza. **III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira**. Rio de Janeiro/RJ: Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnologia em Saúde ICICT/Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz. 2015. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/34614>. Acesso em: 10 de jan. 2024.

BARD, Nathália Duarte; MORAES, Cristine; OLSCHOWSKY, Agnes; PINHO, Leandro Barbosa. Estigma e preconceito: vivência dos usuários de crack. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 24, p. e2680, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/ZPsHdSdsJ9zbXqd799KcDvq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 dez. 2023.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres; BARBOSA, Mariana Todorovski. Concepção de rede de proteção social em serviço social. *In: II Congresso Internacional De Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos. III Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais. II Congresso de Direito à cidade e justiça ambiental. Anais [...]*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2017. Disponível em: <https://www.congressoservicosocialuel.com.br/anais/2017/assets/130665.pdf>. Acesso em: 08 dez 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 12 jan. 2024.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. São Paulo: Boitempo. 2020.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. **"Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics"**. University of Chicago Legal Forum, n. 140, p. 139-167, 1994.

FARRANHA, Ana Cláudia; SENA, Lucas. Interseccionalidade e políticas públicas: avaliação e abordagens no campo do estudo do direito e da análise de políticas públicas. **Revista Avaliação de Políticas Públicas**. V. 05. n.19, 2021. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/aval/article/view/71623>. Acesso em: 19 dez 2023.



FÁVERO, Eunice Teresinha. **Serviço Social, práticas judiciárias, poder: implantação e implementação do serviço social no Juizado da Infância e da Juventude de São Paulo**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

FÁVERO, Eunice Teresinha. Serviço Social no sociojurídico: requisições conservadoras e resistências na defesa de direitos. **Serviço Social & Sociedade**. n. 131. p. 51-74. São Paulo/SP: Cortez, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/3WRyj8WGgkLx7mG5k4K6tPP/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 07 jan 2024.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. LTC, 2004.

GOMES, Erika Ravena Batista; BRILHANTE, Aline Veras Moraes. Contações femininas: gênero e percepções de mulheres dependentes químicas. **Revista Saúde e Sociedade**. v. 30. n. 04. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-1290202201050>. Acesso em: 10 jan 2024.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*. n. 16. **Dossiê Feminismo e Antirracismo**. p. 193-210. Jan-Apr/ 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/mrjHhJLHZtfyHn7Wx4HKm3k/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan 2024.

INSTITUTO DE PSIQUIATRIA. **Programa de Atenção à Mulher Dependente Química (Promud)**, no Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. IPQ-HC-FMUSP: São Paulo/SP, s/d. Disponível em: <https://ipqhc.org.br/2023/11/09/mulheres-dependentes-quimicas/>. Acesso em: 17 dez 2023.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, p. 37-45, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>. Acesso em: 15 jan 2024.

MORAES, Carlos Antonio Souza. Determinantes e significados do trabalho do/a assistente social na área da saúde. **O Social em Questão**. n. 47, p. 151-172, 2020. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_47_art_7.pdf. Acesso em: 16 jan. 2024.

NATIONAL DRUG INTELLIGENCE CENTER - NIDA. 2018. Disponível em: NIDA.NIH.GOV. National Institute on Drug Abuse (NIDA). Acesso em: 12 jul. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE E ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE – OMS e OPAS. **Transtornos devido ao uso de substâncias**. Em Organização Pan-Americana da Saúde & Organização Mundial da Saúde (Orgs.). Relatório sobre a saúde no mundo. 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/1-2-2021-relatorio-global-da-oms-destaca-necessidade-urgente-dados-melhores-para>. Acesso em: 05 de jan 2024.

PALM, Jessica. **Moral Concerns-Treatment Staff and user perspectives on alcohol and drug problems**. 2006. Tese de Doutorado. Kriminologiska Institutionen. Disponível em: <https://www.diva-portal.org/smash/record.jsf?pid=diva2%3A189159&dswid=-6013>. Acesso em: 18 dez 2023.



Londrina PR, de 20 a 23 de Maio de 2024.

RÜSCH, Nicolas; ANGERMEYER, Matthias C.; CORRIGAN, Patrick W. Mental illness stigma: Concepts, consequences, and initiatives to reduce stigma. **European psychiatry**. v. 20, n. 8, p. 529-539, 2005. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16171984/>. Acesso em: 19 dez. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. A questão da mulher na perspectiva socialista. **Revista Lutas sociais**. n. 27, p. 82-100, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18733/13926>. Acesso em: 22 dez 2023.

SANTOS, Jessica Adrielle Teixeira; OLIVEIRA, Magda Lúcia Félix. Políticas públicas sobre álcool e outras drogas: breve resgate histórico. **Saúde & Transformação Social/Health & Social Change**. v. 4, n. 1, p. 82-89, 2013. (Metassínteses Qualitativas e Revisões Integrativas. Disponível em: <https://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/1909>. Acesso em: 19 dez 2023.

SARMIENTO, Yoliver Esmeralda Salcedo; GONÇALVES, Natália Nunes; VAZ, Caroline; NEIVA, Gabriela Dias; RODRIGUES, Gabriella Capellette; OLIVEIRA, Jheniffer da Silva; AGUIAR, Cláudia de Azevedo. **Dependência química e gênero: um olhar sobre as mulheres**. Caderno Espaço Feminino, v. 31, n. 2, 2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/47366>. Acesso em: 20 dez 2023.

SILVA, Maria das Graças Borges da; LYRA, Tereza Maciel. O beber feminino: socialização e solidão. **Revista Saúde em Debate**, v. 39, n. 106. p. 772-781, set/2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/DTJdnrTmxgV9vB89MGzC7nC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 jan 2024.

SOUZA Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**. Ano 08. N. 16.p. 20-45. Porto Alegre/RS, Jul/dez, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jan 2024.

TOLEDO, Cecília. Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide. **Cadernos Marxistas**, São Paulo: Xamã, 2001. Disponível em: https://dspace.sistemas.mpba.mp.br/bitstream/123456789/526/1/Mulheres_o%20g%C3%94nero%20nos%20une%20a%20classe%20nos%20divide%20-%20Cec%C3%ADlia%20Toledo%202001.pdf. Acesso em: 15 jan 2024.

XAVIER, Rosane Terezinha; LIMBERGER, Jéssica; MONTEIRO, KIELING, Janine. ANDRETTA, Ilana. Políticas públicas de atenção aos usuários de drogas no contexto brasileiro: revisão narrativa de literatura. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del Rei, v. 13, n. 1, p. 1-12, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082018000100006. Acesso em: 10 jan 2024.